

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Aprovação da LDO fecha semestre de trabalho legislativo

Na última semana de trabalho antes do recesso parlamentar, que ocorre no período de 16 a 31 de julho, os deputados aprovaram inúmeras matérias. Entre elas, as que criam o *Selo Empresa Cidadã* e a *Medalha de Mérito Crispim Mira* e instituíram as semanas de *Saúde da Mulher* e de *Conscientização de Acidentes no Trabalho*.

Mas o auge dos debates em Plenário ficou em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, relatada pelo deputado Renato Hinnig e aprovada por unanimidade, mas com ressalvas da oposição.

À reclamação dos deputados opositores por suas emendas não terem sido incorporadas ao texto da LDO, o deputado João Henrique Blasi, líder do governo, respondeu que foram observadas as prioridades apontadas durante as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, já que existem limitações legais e materiais para abrigar todas as propostas.

Página 3



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputados da base de apoio do governo do Estado e da oposição defenderam suas posições durante sessão que aprovou lei com o texto do relator

ENTREVISTA

Reno Caramori fala sobre o trabalho à frente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Página 4

Solenidade para entrega de medalhas

Quarenta pessoas foram homenageadas pelo Parlamento por serviços prestados à sociedade no desenvolvimento empresarial, comunitário e na defesa de direitos. A deputada federal Angela Amin e o empresário Hildo José Batistella falaram em nome de todos os homenageados, enquanto os deputados Edson Piriquito e Pedro Baldissera representaram o Legislativo.

Páginas 6 e 7



Carlos Kilian

Sessão solene homenageou 40 pessoas e lotou plenário e hall

Propriedade de terras ainda sem definição

Quilombolas, índios e agricultores mais uma vez buscaram o apoio da Assembléia Legislativa na intermediação da disputa pela posse de terras.

A audiência pública realizada na Casa evidenciou que há um erro histórico cuja correção depende da Justiça. Outro encontro, no município de Araquari, ampliou o debate.

Página 8

OPINIÃO

A reforma política

Nosso país possui um diferencial em relação a países desenvolvidos e emergentes. Por mais complexa que possa parecer a interpretação da palavra "REFORMA", ela é usada constantemente no Brasil no meio político quando surge um problema ou situação que a sociedade clama por mudanças. O problema hoje vivido é a cobrança popular quanto à moralidade dos dirigentes públicos. Como uma forma de resposta, infelizmente, alguns políticos enraizaram a palavra REFORMA como medida de solução, sem ao menos terem conhecimento do que a palavra quer dizer em seu real sentido de significância temática.

É unanimidade hoje a necessidade de mudanças no campo político, mas algumas situações propostas no Projeto em trâmite são vexatórias. O Projeto, em síntese, contempla cinco tópicos principais: financiamento público das campanhas, voto no partido e não mais nos candidatos, fidelidade

partidária, cláusula de barreira e a limitação das coligações. Alguns são literalmente necessários, mas dois considero e chamo de "brincadeira social": financiamento público de campanha e escolha de eleitos pela ordem das listas partidárias. Racionalmente este último tópico foi sepultado no Congresso. Tendenciosamente alguns argumentavam que as listas fechadas iriam fortalecer os partidos. Se aprovado o eleitor simplesmente votaria na lista, diferente de como faz hoje, com a alternativa de votar em um candidato ou em um partido. A meu ver, na prática, o efeito seria exatamente o contrário daquele pretendido. A lista, ao invés de fortalecer a democracia interna no partido iria fortalecer caciques regionais que ordenariam às listas.

Havia uma aberração transitória no Projeto que preconizava que, na escolha dos candidatos às próximas eleições proporcionais, estaria assegurada aos atuais detentores

de mandato de deputado federal, estadual e distrital a ocupação nos primeiros lugares da lista, na ordem decrescente dos votos obtidos nas últimas eleições. Em outras palavras, o que se pretendia era uma prorrogação dos mandatos, já que um grande número de atuais mandatários se reelegeria sem sair de casa por possuírem lugares privilegiados reservados nas listas. Como deputado estadual entendo que é necessário reforçar e revitalizar o sistema partidário do Brasil, mas não à custa da diminuição do poder do eleitor. Em vez de realizarmos campanhas nas ruas discutindo e debatendo com o povo, ouvindo o que ele tem a dizer – o que é, inclusive, muito importante para reciclarmos nossos pontos de vista –, seria inadmissível se levar à disputa das formações das listas para dentro dos partidos, entre quatro paredes.

Deputado José Natal Pereira
(PSDB)

Repense, reduza, reaproveite, recicle e reeduque-se

É visto, notório e estarrecedor o que estamos plantando para as gerações futuras. Façam a seguinte reflexão: Imaginem chegar em casa, depois de um dia de trabalho, querer tomar um banho e não ter energia para aquecer o chuveiro, muito menos a água que o lavaria, ou pior, a água que cessaria sua sede? Imagine que o caminhão do lixo não esteja passando em sua residência e você não tenha onde jogá-lo? Já pensou não dar conta da sujeira de casa? Pode parecer ridícula tal comparação, mas é assim que está ficando nosso planeta, é neste meio que vivemos e é num ambiente pior que ficarão nossos filhos, caso não tomemos sérias medidas. Antes eu pensava em gerações distantes, mas hoje percebo que já meus netos vão sentir na pele sérias conseqüências.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 77 mil pessoas morrem a cada ano na região da Ásia-Pacífico por causa

da mudança climática. Possíveis conseqüências para a região, por exemplo, são focos de mosquito em áreas onde haviam sido erradicados, com o risco de epidemias. O problema representará uma ameaça ainda maior para a humanidade nas próximas décadas se não houver ação imediata.

Graças a Deus estamos nos dando conta e nos movimentando para elaborar ações que limitem as emissões de gases causadores do efeito estufa. Precisamos seguir e dar bons exemplos, cada um fazendo a sua parte em cada lar, em cada escola e município do nosso país.

É claro que devemos ter opinião formada e preocupação diferenciada, mas as soluções passam pela educação e conscientização ambiental implantadas em escolas, poderes constituídos, instituições privadas e em nossa cultura que deve ser preservacionista e, como já foi falado, cada um fazer sua parte.

Eu, como deputado estadual, elaborei alguns projetos e participei de ações que visam à revitalização do meio ambiente. Tramita atualmente, no Legislativo, um projeto que exigirá dos municípios a coleta seletiva do lixo e o incentivo às empresas e associações de reciclagem. Outro projeto prevê a doação de uma muda de árvore a cada criança nascida em hospital público do estado. A ação mais recente que participarei aconteceu no dia 12, com a repovoação de peixes do rio Marombas, em Curitiba. Pequenas ações e idéias como estas, que visam à conscientização e atividades econômicas planejadas, levando em conta as conseqüências ambientais são um bom início de uma virada e de uma limpeza geral que devemos fazer em nossa casa, em nosso planeta.

Deputado Onofre Agostini
(DEM)



Evento, que acontece entre 2 e 5 de agosto, deve movimentar R\$ 6 milhões

Turvo convida para XVIII Festa do Colono

O vice-prefeito de Turvo, Virgínio Scarabelot, acompanhado da rainha Camila dos Santos e as princesas Natana Tramontin e Carolina Castagna, estiveram na Assembléia Legislativa para convidar os catarinenses para participar da XVIII Festa do Colono de Turvo, no Extremo-Sul do estado, que acontecerá entre os dias 2 e 5 de agosto. Turvo é a Capital Nacional da Mecanização Agrícola e vai promover durante a festa a Arrancada Catarinense de Tratores e a II Feira de Agronegócios, cuja previsão é movimentar R\$ 6 milhões em negócios.

O deputado Valmir Comin (PP), que fez a apresentação dos organizadores da festa, afirmou

que são esperados cerca de 130 mil participantes. "O município tem um potencial singular com destaque na produção agrícola e isso será mostrado na festa." Os festejos ainda contarão com shows nacionais e desfile de máquinas e carros alegóricos, além da gastronomia, outro ponto de destaque no evento.

A primeira festa foi realizada em 1971 como forma de homenagear os produtores rurais. Desde a primeira edição, uma das maiores atrações é o desfile das máquinas agrícolas, que orgulhosamente são conduzidas pelos agricultores no trajeto da principal avenida de Turvo.

[AGENDA]

- **16 a 31 de julho:** Período de recesso parlamentar
- **16 de julho, 19 horas:** Abertura da exposição de arte francesa tridimensional, da artista Liliâne Angélica Taube
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **20 de julho, 14 horas:** Audiência pública sobre Biocombustíveis
Local: Salão Paroquial – Abelardo Luz

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

População orienta trabalho Legislativo

Milhares de catarinenses participaram da discussão de temas polêmicos e encaminharam pedidos e sugestões à Casa

Andreza Matos de Souza

No primeiro semestre da 16ª Legislatura, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina desenvolveu intensa agenda de trabalho. Em todas as atividades realizadas, o Parlamento catarinense teve sua atuação marcada pela ampla participação popular, seja nos debates ou no acompanhamento das votações dos deputados.

Milhares de pessoas participaram de audiências públicas e outras atividades da Casa, consolidando o Parlamento como principal fórum de debates catarinenses.

Neste período, a Assembléia deliberou sobre 159 matérias, considerando as apresentadas este ano e as que tramitam desde os anos anteriores. No Plenário, foram aprovados 96 Projetos de Lei, 12 Projetos de Lei Complementar, dois Projetos de Decreto Legislativo, um Projeto de Resolução e uma Medida Provisória.

Foram rejeitadas quatro mensagens de veto e mantidas 25. Outras 18 proposições foram arquivadas e 188 estão em tramitação. Das aprovações, algumas tiveram grande repercussão, como o Projeto de Lei Complementar nº 1/07, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual (reforma administrativa).

Outros tiveram impacto na área social como, por exemplo o Projeto de Lei 80/07, transformado na Lei nº 14.030/07, que instituiu a Semana do Aleitamento Materno, sendo destinada a segunda semana do mês de maio para esclarecimentos junto à população sobre a importância do leite materno para a saúde do lactente. Entre os projetos, estão o que institui gratificação de desempenho e produtividade médica e o projeto que cria a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal.



Miriam Zomer

Deputados decidiram sobre os mais diversos temas. Alguns bastante complexos, como a reforma administrativa

Audiências públicas marcaram as atividades do primeiro semestre

Dentre as atividades com ampla participação popular, o Parlamento realizou a discussão e a aprovação da reforma admi-

nistrativa estadual, no primeiro trimestre de 2007, a discussão sobre o orçamento regionalizado, num total de nove audiências

públicas promovidas por todo o estado, bem como a realização de outras 40 audiências públicas. Nessas ocasiões foram debatidos diversos temas de interesse da sociedade, como a implantação do Jardim Botânico em Florianópolis, a implementação e regularização, no âmbito estadual, da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, além da Regularização das Terras Indígenas e Quilombolas, entre outros.

Nas nove audiências públicas realizadas para discutir o Orçamento Regionalizado (OR), foram escolhidas as prioridades a serem incluídas no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011. Investimentos em saúde, educação, transporte, desenvolvimento e saneamento básico são os principais anseios dos catarinenses das regionais de São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Lages, Joinville, Blumenau, São José, Criciúma e Rio do Sul. Depois de conduzidas pela Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, as prioridades colhidas nas audiências do OR foram encaminhadas para a composição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o PPA e o Orçamento estadual. A LDO, aprovada no dia 11, acolheu demandas definidas pela população.

Parlamento promove novos programas

Novas ações foram iniciadas pelo Parlamento catarinense no primeiro semestre do ano. Um dos destaques é o programa *O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa*, com encontros mensais gratuitos com expoentes do pensamento nacional. O primeiro palestrante foi o jornalista e escritor Caco Barcellos, seguido da escritora Lya Luft e do esportista Lars Graell. A programação do segundo semestre será aberta em agosto, com o navegador Amyr Klink.

Atento às demandas por inclusão social, política e econômica, o Poder assinou convênio com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) para transcrição de documentos legislativos em Braille. A parceria vai garantir que o material produzido pela Assembléia, como leis e moções, seja disponibilizado às pessoas com deficiência visual, possibilitando acesso à informação e o fortalecimento da cidadania. Para a transcrição, a Assembléia vai ceder à FCEE, em regime de comodato, uma impressora Braille.

Com a mesma concepção, a Assembléia Legislativa foi o primeiro Poder do Estado a assumir oficialmente o compromisso de garantir condições ideais de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência. O objetivo é, até o final de 2007,

promover adaptações para que sejam respeitadas as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelas legislações estadual e federal, assim como pelo Programa de Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público, do Ministério Público de Santa Catarina.

Na área ambiental, o *Programa Consciência Limpa*, implantado no mês de junho, tem como objetivo estimular nos colaboradores da Assembléia a prática da separação adequada de todo o material utilizado na Casa. A meta para o primeiro mês, que era de 70% de separação correta, foi ultrapassada, chegando a 77% nos primeiros 15 dias.

Através da Escola do Legislativo, foram várias as atividades realizadas, como o curso de *Formação Política*, inédito no país, o ciclo de debates por todo o estado, também sobre formação política, o projeto *Educação para Cidadania: Construindo um Novo Olhar* e o programa de auditório *Fala Jovem*, produzido pela TV AL, como parte do projeto *Conhecendo o Parlamento*.

Já no final do semestre foi lançado o programa *Excelência em Gestão na Assembléia*, iniciado pela Coordenadoria de Saúde e Assistência, que deverá atingir todos os setores da Casa.

BALANÇO GERAL

De fevereiro a junho de 2007

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Orçamento Regionalizado 09

Temas diversos 40

Total 49

MATÉRIAS APRECIADAS

Projetos de lei 96

Projetos de lei complementar 12

Mensagens de Veto 29

Projetos de Resolução 01

Projetos de Decreto Legislativo 02

Medida Provisória 01

Matérias Arquivadas 18

Total 159

Fontes: Coordenadorias de Expediente e de Comissões

GERAL

Audiência pública defende Hospital Universitário 100% público

Intenção do governo federal é transformar os 45 hospitais universitários do país em fundações estatais de direito privado



Mobilização de servidores e estudantes lotou o auditório do Hospital Universitário da UFSC para a audiência pública

Moção, fórum e plantio de árvores

O governo estadual foi representado na audiência pela presidente do Conselho Estadual de Saúde, Carmem Zanotto. Para ela, "o HU deve, sim, continuar sendo 100% SUS e referência no estado, independente da condição social de quem procura o hospital".

Assim como Jailson Lima, os deputados Sargento Soares (PDT), Serafim Venzon (PSDB) e o vereador de Florianópolis, Márcio de Souza (PT), também defendem o HU com gestão pública. Durante todo o

evento, vários representantes dos servidores se manifestaram a favor do HU público. Para eles, esta condição vai garantir, também, que o instituição mantenha o caráter de hospital-escola.

Encaminhamentos

Como encaminhamento, os participantes da audiência definiram que será elaborada uma moção de repúdio contra o projeto federal, a ser encaminhada ao Conselho

Nacional de Saúde. Também serão plantadas árvores nos arredores da universidade para mobilizar a comunidade acadêmica.

Outra medida será informar a população e os pacientes sobre a ameaça de mudança de gestão do HU, com uma aula pública. Ainda será criado um fórum da comunidade em defesa dos HUs, assim como o encaminhamento dos resultados da audiência para que a Assembleia Legislativa também se posicione sobre o assunto.

Um amplo debate marcou a audiência pública realizada na manhã do dia 11, no auditório do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O encontro foi realizado pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão de Saúde e solicitação da coordenação geral do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc).

Presidida pelo deputado Jailson Lima (PT), a audiência sobre a mudança do modelo de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), proposto pelo governo federal, mobilizou deputados, representantes da área da saúde, sindicatos, movimentos populares e sociais, bem como servidores e estudantes.

Jailson resgatou um pouco da história do HU e da própria universidade, como as passeatas realizadas na década de 70. Enfatizando que o debate em defesa do hospital público é de extrema importância, manifestou seu apoio à causa.

De acordo com informações do Sintufsc, a proposta do governo é de transformar os 45 hospitais ligados às universidades federais em fundações estatais de direito privado. A crítica da entidade é que, se o projeto passar, os HUs passam a ser administrados dentro da lógica de empresa privada, tirando da população o que resta de atendimento público. O HU de Florianópolis é o único com gestão 100% pelo SUS.

"Precisamos é de uma mudança

na política econômica que garanta financiamentos e investimentos na defesa dos direitos dos servidores", ressaltou Marco Antônio Borges, coordenador geral do Sintufsc, posição também defendida pela professora de Filosofia da Educação, Doroti Martins, representante da Associação de Professores da UFSC (Apufsc). "Aqui não se trabalha somente na saúde curativa e preventiva, mas também no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e extensão", salientou Doroti.

A vice-diretora do Centro de Ciências da Saúde, Kênia Schmidt, se mostrou preocupada com a qualidade do ensino e da saúde, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto de humanização. Carlos Alberto Justo da Silva, diretor geral da UFSC, na ocasião representando o reitor Lúcio Botelho, manifestou receio com o que pode acontecer no futuro. Ele acredita que não importa o modelo jurídico de gestão, mas a prática do dever. "Não quero saber de nome de fantasia nem de rótulos, mas de valores. Temos que cumprir nossa missão, que é dar conta dos trabalhos, tendo o reconhecimento dos gestores como órgão de atendimento de ensino, pesquisa e extensão. A falta de equipamentos, a desativação dos leitos ou, ainda, seu sucateamento, também são formas de privatização, independente do modelo de gestão", observou o professor.

Concluída primeira etapa da Formação Política

As atividades do primeiro semestre do *Ciclo de Debates sobre Formação Política* foram encerradas na cidade de Treze Tílias, no dia 6. O ciclo é uma promoção da Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, e em Treze Tílias teve o apoio da Câmara de Vereadores local. Participaram da mesa oficial de abertura o deputado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola do Legislativo, o vereador Rui Mendonça (PDT), também presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), e a vereadora Cristina Klotz Mantovani (PSDB), representando a Câmara Municipal de Treze Tílias.

A idéia dos encontros surgiu de uma reunião no início do ano, realizada por iniciativa de Ponticelli com os representantes das associações

de câmaras, associações de vereadores, associações de municípios catarinenses e representantes dos partidos políticos. Anteriormente o ciclo percorreu as cidades de Rio do Sul, Chapecó, Tubarão, São Lourenço do Oeste e Jaraguá do Sul.

Na etapa de Treze Tílias, o presidente da Escola fez palestra com o tema *Fiscalização Efetiva e Eficaz por parte do Vereador*. Antes, porém, apresentou os números da sua gestão neste primeiro semestre, com um total de 4.356 participantes nos eventos da escola. Ponticelli avaliou como muito positivos os resultados do período. "Não teríamos realizado tanto se não fosse o apoio do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), da Mesa Diretora, dos servidores da Casa, agentes políticos e o público

em geral."

Ao abordar o tema da palestra, o parlamentar falou da necessidade dos vereadores exercerem a fiscalização. "Ele, o vereador, não deve votar um projeto por conta de ser ou não situação, pois as posições poderão se inverter num próximo mandato, e aí será tarde para tentar reverter o processo. Temos que ter em mente que quem sustenta a democracia é o Parlamento", alertou.

A segunda palestra foi motivacional, apresentada pelo consultor Sérgio Luiz Pureza, da Consultoria em Talentos Humanos, do Rio Grande do Sul, que abordou o tema "Competências para Cidadania". Pureza utilizou música, imagens e vídeo para trabalhar a questão. Ao final do evento foram entregues certificados de participação.



Ponticelli falou da necessidade de vereadores cumprirem o papel de fiscais

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Reno Caramori (PP)

“Não podemos trabalhar com a bandeira partidária”

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano defende a união do Legislativo para reduzir déficit nas rodovias estaduais e afirma que governo federal cumpre à risca seus compromissos

Graziela May Pereira

AL Notícias – A Comissão que o senhor preside está diretamente relacionada com a capacidade de desenvolvimento do Estado. Como lidar com esta responsabilidade?

Reno Caramori – Se olharmos as atribuições da Comissão veremos que ela está diretamente relacionada ao desenvolvimento, relacionada com as rodovias estaduais e ainda tem como competência fiscalizar as rodovias federais e municipais. O transporte urbano, rodoviário, intermunicipal e interestadual, ocupação de solo e meio ambiente também são responsabilidades da comissão. É difícil lidar com essas situações, que estão diretamente ligadas à vida. Por isso nos esforçamos tanto para cumprir com nossas competências.

AL Notícias - Os governos estadual e federal estão cumprindo o papel no que diz respeito a investimentos na malha viária, ferroviária, portos, aeroportos e hidrovias?

Reno Caramori – Os dois governos trabalham de forma diferente. Por exemplo, os portos catarinenses estão saturados e precisam de mais investimentos das duas esferas. O governo federal tem cumprindo à risca com todos os compromissos, como a

liberação de R\$ 9 milhões para a recuperação do molhe, em Imbituba. Em relação às obras em rodovias, muito já foi feito. O governo tem pago de acordo com o andamento das obras.

Já o governo do Estado não tem apresentado resultados positivos no geral. Eu não queria estar aqui reclamando do governo, mas há vários trechos que estão em obras e sem conclusão nenhuma. Cito o trecho de Timbó Grande. O estado está há quatro anos numa mesma obra. Parando e continuando. Parece que agora o governo estadual conseguiu equacionar o problema. Vamos trabalhar para desenvolver sem escolher partidos. Estamos aqui para defender o usuário. Por isso, vamos sempre cobrar as obras, tanto do governo federal quanto do estadual.

AL Notícias - É a terceira vez que o senhor está à frente desta comissão. Qual a evolução observada em comparação com as legislaturas anteriores?

Reno Caramori – Quando iniciamos na comissão, participamos de vários pleitos, como a duplicação da BR-101. Eu defini uma dinâmica pessoal para a Comissão de Transporte que é de participar. Acho que posso considerar essa a maior evolução. Estávamos nos prendendo muito à análise dos projetos que lá aportavam e decidimos que deveríamos visitar

as obras *in loco*, fazer com que a Assembléia esteja presente lá na obra, mostrando que a comissão é técnica permanente e tem responsabilidade não na execução e, sim, na fiscalização.

AL Notícias - A atual situação das rodovias no estado preocupa muito a comissão. Como o Legislativo contribui para o fim deste problema?

Reno Caramori – Eu tenho uma dinâmica diferente. Trabalho de um jeito diferente. Estamos em cima do governo, fiscalizando e cobrando maior participação. Nossas rodovias estão deficitárias em muitos aspectos. Asfalto, sinalização, terra na pista. É preciso mais. Nós, da comissão, não podemos trabalhar com a bandeira partidária e sim com a bandeira legislativa, lutando como um todo para que as comunidades tenham oportunidade para seu desenvolvimento.

AL Notícias - Quais foram as maiores vitórias desta comissão na atual legislatura?

Reno Caramori – Sem dúvida foi a duplicação da BR-101. É claro que não foi só através da gente que tudo isso começou, mas a comissão sempre esteve presente nas negociações. Essa foi uma vitória conquistada após anos. Outra vitória são as obras de melhorias no porto de Imbituba.



Eduardo Guedes de Oliveira

AL Notícias - Quais os próximos desafios?

Reno Caramori – Temos que prestar atenção num detalhe muito importante para o estado. Temos que começar a tratar Santa Catarina como grande ponto turístico. Atualmente, o estado é uma mina de ouro sem condições de buscar uma moeda sequer. A Europa toda vive do turismo e o Brasil tem que partir para isso. Tem que dar condições para isso, com a manutenção e construção

de novas rodovias. O turista tem que ter condições de chegar a qualquer parte do estado. As rodovias significam progresso e integração.

Queremos agora é fazer parte de uma comissão que vai fiscalizar todas as obras federais, estaduais e até municipais no estado. Estou entrando em contato, oficialmente, com o DNIT para que possamos fazer parte integral dessa comissão e intensificar a participação da Assembléia Legislativa.

Saiba mais

Nome: Reno Caramori

Idade: 61

Natural de: Presidente Getúlio/SC

Partido: Partido Progressista – PP

Regiões do Estado que representa: Vale do Rio do Peixe

Atividade: Empresário

Legislaturas: Em seu quinto mandato eletivo como deputado estadual, é a terceira vez que comanda a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Integra também as comissões de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente.

Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Presidente: Reno Caramori (PP)

Vice Presidente: Décio Góes (PT)

Membros: Manoel Mota (PMDB), Onofre Santo Agostini (DEM), Renato Hinnig (PMDB), Sargento Amauri Soares (PDT) e Serafim Venzon (PSDB)

Chefe de Secretaria da Comissão: Álvaro Selva Gentil Filho

Reuniões: Terças-feiras, às 18 horas

Telefone(s): 3221.2576

Localização: Térreo

Cabe à Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano exercer sua função legislativa e fiscalizadora com referência a:

I - assuntos atinentes ao urbanismo e arquitetura, política e desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo urbano, transportes urbanos, infraestrutura urbana e saneamento básico, habitação e política habitacional;
II - instituição de microrregiões, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas;
III - criação de associações, consórcios e entidades intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum;

IV - assuntos referentes ao sistema estadual de viação e aos sistemas de transportes em geral;
V - ordenação e exploração dos serviços de transportes;
VI - delegação e execução de serviços públicos, de competência do Estado, nos regimes de concessão ou permissão;
VII - política de desenvolvimento regional definida com base nos aspectos sociais, econômicos, culturais e ecológicos;
VIII - estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano.

ESPECIAL

Parlamento premia trabalho social com Medalhas de Mérito

Com o propósito de homenagear e reconhecer a participação de homens e mulheres na história de Santa Catarina, Parlamento realizou uma sessão solene para a entrega de 40 medalhas de mérito em seis diferentes temas



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Medalhas entregues são reconhecimento ao trabalho realizado em defesa dos direitos das mulheres e dos negros e nas áreas empresarial, educacional e social

Tatiani Magalhães

Com as dependências do Plenário Onis Régis e do hall lotados, o Legislativo concedeu 40 condecorações, distribuídas em seis diferentes temas, em solenidade realizada no dia 9, e foi palco de muitas lembranças e emoções. Convocado e aprovado pela Mesa da Casa, a sessão solene foi presidida pelo deputado Julio Garcia (DEM) e contou com a presença de deputados estaduais, federais e outras autoridades, entre elas Ivo Carminati, da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, representando o governador Luiz Henrique da Silveira.

A sessão foi aberta com a mensagem de dois parlamentares. O deputado Edson Piriquito (PMDB) representou o governo, enquanto a bancada de oposição foi representada pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT). Ao se pronunciar, Piriquito falou sobre a questão de oportunidade relacionada ao esforço de cada indivíduo. "É preciso aproveitar todas as oportunidades para se chegar onde quer. Porém, sem

esforço e determinação nada se consegue. Nós fazemos nossa própria sorte através do que buscamos. A construção de um estado melhor depende do empenho pessoal de cada indivíduo", salientou.

Já o Padre Pedro afirmou que foi a determinação de homens e mulheres no passado que marcou a história de conquistas em Santa Catarina. "Estamos falando de pessoas que dedicaram parte de seu tempo em prol de algumas causas. Lembrar desses exemplos é o caminho para novas conquistas", frisou.

Após as entregas de medalhas, a deputada federal Angela Amin (PP/SC), uma das homenageadas, acrescentou que o maior compromisso de todos que participaram da premiação é não ter medo de assumir os desafios da vida e construir uma sociedade baseada no respeito e fraternidade. "É preciso ter capacidade de aceitar as conseqüências de viver, dar exemplos de honestidade, lealdade e justiça. Só assim vamos quebrar as algemas do preconceito e contribuir para plenitude do cidadão."

Ao se manifestar, Hildo José Batistella, outro homenageado, mencionou dois motivos de orgulho ao receber a medalha: Pelo que representa a medalha e por fazer parte do grupo que teve o reconhecimento pelo trabalho realizado. "Essa medalha não é apenas minha, mas de muita gente que contribuiu e contribuiu para o sucesso do nosso trabalho, entre eles, meu pai".

Durante sua manifestação, Batistella fez um apelo com relação à situação portuária e da educação no estado. Pede à Assembléia para que, dentro da legalidade, fosse elaborada uma maneira de investir na educação de cidadãos que futuramente possam vir a trabalhar nos portos catarinenses. "Santa Catarina possui cinco portos, estando preparada para atender todo o Mercosul, aumentando a frequência de navios e gerando mais desenvolvimento para o estado", lembrou.

Um momento de reflexão marcou o final dos trabalhos, encerrados ao som do Hino de Santa Catarina, interpretado pelo Coral Criança Feliz, de Criciúma.



Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke

A Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke destina-se a empresários que se destacaram no setor econômico, social, educacional, ambiental e empresarial ou que contribuíram por outros meios

com o desenvolvimento do estado. Foi entregue a 22 catarinenses que tiveram seu esforço reconhecido pela contribuição positiva nos setores destacados. Esta medalha foi instituída em 2004.

Homenageados

Albertino Colombo (indicação do deputado Décio Góes – PT)
Alberto Raposo de Oliveira (indicação do deputado Julio Garcia – DEM)
Alfredo Flávio Gazzolla (indicação da deputada Ada De Luca – PMDB)
Antonio Carlos Sontag (indicação do deputado Narcizo Parisotto – PTB)
Cláudio Matos Balsini (indicação do deputado Ronaldo Benedet – PMDB)
Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí – Cravil (indicação do deputado Rogério Mendonça – PMDB)
Dalírio José Beber (indicação do deputado Marcos Vieira – PSDB)
Dario Crepaldi (indicação do deputado Manoel Mota – PMDB)
Décio Giacomelli (indicação do deputado José Natal – PSDB)
Delby Machado (indicação do deputado Antônio Aguiar – PMDB)
Elias Seleme Neto (indicação do deputado Reno Caramori – PP)
Eraldo Tadeu da Rosa (indicação do deputado Genésio Goulart – PMDB)
Francisco Zomer (indicação do deputado Joares Ponticelli – PP)
Germano Scur (indicação do deputado Onofre Agostini – DEM)
Hildo José Batistella (indicação do deputado Elizeu Mattos – PMDB)
Jair Celso de Palma (indicação do deputado Jorginho Mello – PSDB)
Mariús Juliano Farina (indicação do deputado Romildo Titon – PMDB)
Moacir Luiz Bogo (indicação do deputado Darci de Matos – DEM)
Narbal Andrade de Souza (indicação do deputado Edson Piriquito – PMDB)
Sindicato da Indústria da Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina – Siesesc (indicação do deputado Altair Guidi – PPS)
Odemar Müller (indicação do deputado Renato Hinnig – PMDB)
Venâncio Menegaro (indicação do deputado Valmir Comin – PP)

Medalha de Mérito Antonieta de Barros

São homenageadas com a Medalha de Mérito Antonieta de Barros pessoas físicas e jurídicas que realizaram relevantes trabalhos ou se destacaram na defesa dos direitos humanos. A medalha, instituída em 2000, foi inspirada na primeira mulher catarinense a ingressar

no parlamento estadual. Antonieta de Barros apresentou várias proposições em benefício da educação, dentre elas a lei que institui o dia do professor. Nessa categoria, três medalhas foram entregues a mulheres que se destacaram nessa causa.

Homenageadas

Lilli Zwetsch Steffens (indicação da deputada Ana Paula Lima – PT)
Marlene Dalva da Silva Rothbarth (indicação do deputado Jandir Bellini – PP)
Rede Feminina de Combate ao Câncer de Cunha Porã (indicação do deputado Herneus de Nadal – PMDB)

Medalha de Mérito Cruz e Sousa

Instituída em 2003 para homenagear pessoas físicas e jurídicas que realizam relevantes trabalhos ou se destacam na defesa dos negros, a Medalha de Mérito

Cruz e Sousa leva o nome do maior poeta simbolista brasileiro. Nascido em Florianópolis em 1861, era conhecido como "Cisne Negro".

Homenageados

Casemiro Roberto Serafim Vieira (indicação do deputado Gelson Merísio – DEM)
Eliete Maria Rosa (indicação do deputado Cesar Souza Júnior – DEM)
José Maria Gonçalves de Lima (indicação do deputado Pedro Uczai – PT)
Moisés de Barros – *in memoriam* (indicação do deputado Sargento Soares – PDT)

Medalha de Mérito Dia Internacional da Mulher

A Medalha de Mérito Dia Internacional da Mulher é destinada a agradecer e reconhecer o serviço social prestado por mulheres nas mais diversas funções. Com quatro

homenageadas, a outorga foi instituída pelo Parlamento em 2007 e ilustra a crescente participação da mulher catarinense na economia e na política.

Homenageadas

Angela Regina Heizen Amin Helou (indicação da deputada Odete de Jesus – PRB)
Catarina Erotides Zucco Moresco (indicação do deputado Serafim Venzon – PSDB)
Irmã Eva Michalak – *in memoriam* (indicação do deputado Pedro Baldissera – PT)
Mariane Beyer Ehrat (indicação do deputado Jean Kuhlmann – DEM)

Medalha de Mérito Professor Jacó Anderle

Já a Medalha de Mérito Professor Jacó Anderle, instituída em 2006, é um tributo ao homem público e educador, falecido em 2005, que dá nome ao título. Se destina aos destaques do Programa Escola

Aberta à Cultura e Cidadania, implantado pela Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia. Com apenas um homenageado, o título se destaca por suas conquistas na área.

Homenageada

Elisabete Nunes Anderle (indicação do deputado Nilson Gonçalves – PSDB)

Medalha de Mérito Parceria Comunitária Assembléia Legislativa/ Lions Clube Catarinense

A Medalha de Mérito Parceria Comunitária – Assembléia Legislativa e Lions Clube, instituída em 2004, é atribuída às pessoas ou instituições que, com suas ações, contribuem para o desenvolvimento social

de Santa Catarina. Foram entregues cinco medalhas e os agraciados tiveram seus esforços reconhecidos na busca de soluções para problemas identificados em território catarinense.

Homenageados

Centro Cultural Escrava Anastácia – Projeto Aroeira (indicação do deputado Professor Sérgio Grandó – PPS)
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) – Representante Roberto Eduardo Hess de Souza (indicação do deputado João Henrique Blasi – PMDB)
Hospital Samária de Rio do Sul – Representante Sílvio Schütz (indicação do deputado Jailson Lima – PT)
João Antônio Schaefer (indicação do deputado Dagomar Carneiro – PDT)
Ligia Maria Tavares Dalla Costa (indicação do deputado Moacir Sopsela – PMDB)

Disputa de terras volta a ser discutida

Quilombolas, índios e agricultores aguardam posição da Justiça para definir propriedade de terras

Alberto Neves



Deputados procuraram intermediar o debate que contou com a presença de várias entidades representativas

Scheila Dziedzic

A regularização fundiária das terras indígenas e quilombolas em Santa Catarina e a indenização dos pequenos agricultores foi tema debatido no dia 9, em audiência pública requerida pelo deputado Pedro Uczai (PT). Com a presença significativa de representantes indígenas e quilombolas, do Ministério Público Federal (MPF), OAB/SC, Procuradoria Geral do Estado (PGE), Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram amplamente expostos argumentos em defesa da permanência dos agricultores na terra, bem como a efetiva demarcação e transferência dos descendentes de quilombos e índios das terras em discussão.

Para o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, deputado Romildo Titon (PMDB), a audiência teve um caráter informativo com a disposição de esclarecer a todos quais são os aspectos que envolvem este assunto. Representante do MPF, Maria Rezende Capucci disse que, em relação à questão indígena, especialmente no Oeste do estado, tem que se ter em mente a existência de dois lados de uma mesma disputa, ambos com interesses legítimos. "Os índios foram os originários ocupantes e os agricultores compraram suas terras de boa fé." Para ela, a solução está na hierarquia das normas que têm na Constituição Federal sua norma maior.

Maria Rezende comenta que falta manifestação do governo do Estado sobre esta questão. Segundo ela, os agricultores que não possuem títulos de propriedade têm o direito de serem reassentados, enquanto os que possuem

devem ser indenizados.

Já o direito dos quilombolas está originado, de acordo com o procurador da República do Ministério Federal, Maurício Pessutto, no artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias, que determina que aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Informa ainda que caberá à União a indenização das terras e benfeitorias aos agricultores que tiverem suas terras desapropriadas neste processo.

Erro histórico

O representante da Procuradoria Geral do Estado, Osmar José Nora, diz que a posição do governo estadual é de que os títulos de domínio concedidos aos agricultores são legítimos – segundo a legislação vigente à época. "Se a União desapropriar, deverá indenizar plenamente não só as benfeitorias, mas também as terras." Também cabe à União a mesma responsabilidade em relação aos atos decorrentes que envolvem indígenas.

De acordo com o presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia, Felipe Freitas Mello, da OAB/SC, a entidade não tem a pretensão de defender um ou outro lado e sim a ordem constitucional brasileira. Ele comenta que nestas questões há princípios constitucionais conflitantes. "Se por um lado há o direito à terra assegurado aos indígenas e aos quilombolas, há também assegurado, na Constituição, o direito à propriedade dos agricultores. Não se corrige um erro histórico praticando um outro erro que se tornará histórico."

Direito é reconhecido para todos

O deputado Pedro Uczai, proponente da audiência, diz que trabalha com a tese da injustiça histórica. "Reparar a injustiça com quem quer que seja. As interpretações jurídicas são várias e apenas uma será vitoriosa. E, para uma solução justa, tem que haver participação dos governos federal e estadual. Onde tiver boa fé na colonização de terras por agricultores, eles têm direito à indenização das terras e benfeitorias."

Uczai defende que, assim como o argumento de que os agricultores possuem títulos de propriedade é válido, também tem valor o testamento que deu origem histórica ao processo, concedido em 1877 por José Matheus de Souza aos negros descendentes dos quilombos.

O deputado propôs como encaminhamento que se busque, no

orçamento federal, recurso para indenizações em dinheiro para as terras, no caso dos quilombolas, e, junto ao governo do Estado, para indenização da disputa entre agricultores e índios.

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) diz que o grande risco é fomentar a disputa entre os grupos, procurando jogar a responsabilidade ao governo federal ou estadual. "Acredito que o Poder Judiciário vai estabelecer os direitos e garantias dos que estão presentes."

O deputado Onofre Agostini (DEM) lembrou que este assunto vem sendo discutido pelo Legislativo desde 2001, quando aconteceu audiência pública para o mesmo debate. Ele afirma não ter dúvida alguma de que a decisão sobre de quem é o direito à posse das terras em discussão será defi-

nida na justiça.

O deputado Gelson Merísio (DEM) reafirma o que é consenso, de que tanto em relação aos quilombolas quanto à demarcação das terras indígenas a decisão caberá à Justiça. Ele defende a tese do direito adquirido, pois os agricultores compraram as terras com escritura pública e de boa fé.

"Ao quebrar o princípio do direito adquirido, num primeiro momento pode ser uma vitória, mas isso poderá se voltar contra estes depois, se o outro lado fizer o mesmo movimento." Merísio sugere que, para não haver uma demanda judicial, o governo deveria comprar terras que estejam à venda, pagando o preço justo e apropriado, e assentar estas famílias que disputam as áreas em questão.

Debate continua em Araquari

Por solicitação do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa realizou, no dia 12, na Câmara de Vereadores de Araquari, uma audiência pública para discutir a demarcação de terras indígenas pela Funai, na região Norte de Santa Catarina. Coordenada pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão, a audiência reuniu aproximadamente 200 pessoas, entre indígenas, agricultores,

entidades de classe, deputados, vereadores e representantes de prefeituras.

Intrigado com a iniciativa da Funai em demarcar as terras ocupadas por famílias de agricultores na região, muitos há mais de 100 anos, o deputado Darci de Matos (DEM) indagou do administrador da Funai em Curitiba, Glênio da Costa Alvarez, por que o governo federal não demarcou também outras terras improdutivas da região, como as do Ibama.

Segundo o procurador da

República em Joinville, Eduardo Barragan Serôa da Motta, a intenção do governo federal é apenas cumprir a Constituição Federal. No entanto agricultores, indígenas e representantes políticos e comunitários mostraram que estão do mesmo lado, contrariados com a iniciativa.

Deputado Moacir Sopelsa, o prazo para que a questão esteja concluída é de dois anos e começou há pouco mais de três meses. Com isso, novas audiências serão realizadas.

Alberto Neves



Índigenas não concordam com a forma de demarcação da terra

COMISSÕES

PAC prevê recursos para o saneamento

Durante dois dias, seminário apresentou a Nova Política Nacional de Saneamento Básico na Assembléia

“Vivemos uma situação diferente com relação ao saneamento, pois aquilo que foi acordado no Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, o PAC, terá êxito.” Essa é a opinião do diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades, Marcos Montenegro, convidado para falar sobre o “Financiamento dos Serviços de Saneamento Básico: Política Federal de Saneamento Básico”, em seminário realizado no Poder Legislativo Catarinense.

De acordo com Montenegro, o Ministério firmará contratos com os municípios, no total de R\$ 9,3 bilhões, para urbanização e saneamento de favelas e áreas de urbanização precária. Deste valor, R\$ 4 bilhões serão destinados para serviços de água, esgoto, lixo e drenagem em cidades com mais de 50 mil habitantes e, outros R\$ 4 bilhões, para municípios com menos de 50 mil habitantes.



Jonas Lemos Campos

Evento contou com participação de 350 pessoas e elaborou carta a ser encaminhada às instituições governamentais

Os municípios frente ao novo marco regulatório do saneamento foi o foco principal de todo o seminário que reuniu, no auditório Antonieta de Barros, durante os dias 11 e 12, cerca de 350 pessoas. Entre os participantes estavam prefeitos, vereadores, conselheiros e gestores de instituições públicas e

privadas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico. A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT), viabilizou o evento que foi promovido pela Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), presidida pelo prefeito de Sombrio José Milton Scheffer (PP).

Ao final do seminário, a Fecam elaborou uma carta a ser encaminhada a todas as instituições governamentais que atuam na área do saneamento.

Propostas

Entre as propostas do documento está a promoção e cons-

trução de políticas municipais de saneamento básico, de forma participativa e em atenção à nova lei, privilegiando investimentos para a estruturação da gestão municipal neste setor. Ainda consta da carta, como exemplo da problemática do saneamento básico em Santa Catarina, consta que mais de 90% da população não tem acesso ao sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Também participaram do evento os deputados Reno Caramori (PP), professor Sérgio Grandó (PPS) e Pedro Uczai (PT), além de representantes do Tribunal de Contas do Estado, da prefeitura de Florianópolis e do Conselho Regional de Arquitetura.

As palestras foram apresentadas por representantes dos governos federal e estadual, Fecam, Assembléia Legislativa, Ministério Público, Casan, Fundação Nacional da Saúde (Funasa), agências reguladoras e bancos.

Audiência debate impasse entre PM e movimentos sociais

Representantes de movimentos sociais e sindicais e autoridades ligadas à Segurança Pública participaram da audiência que aconteceu no dia 12, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, para debater a ação da Polícia Militar (PM). A audiência foi proposta pelos deputados petistas Pedro Uczai e Padre Pedro Baldissera, por intermédio das Comissões de Segurança Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais, presididas pelos deputados Dirceu Dresch (PT) e Ada De Lucca (PMDB), respectivamente.

Para Uczai, a livre organização popular e a manifestação pública estão garantidas no Estado democrático de direito. “Os movimentos sociais são vítimas de lutas históricas não conquistadas e ainda sofrem pelo uso desproporcional da força da PM”, lembrou.

O assessor de Baldissera, Murilo Silva, falou em nome do deputado, que não pôde participar do debate. Ele frisou que o parlamentar vê a PM com muito respeito e orgulho. “Entretanto, ele perdeu um pouco desse orgulho. A sociedade não pode ser tratada como se fosse um movimento criminoso”, afirmou, referindo-se ao episódio ocorrido no Pró-Cidadão, em Florianópolis,

quando PM e manifestantes se confrontaram.

O deputado Sargento Soares (PDT), que fez carreira na PM e foi um dos fundadores da Associação de Praças de Santa Catarina (Aprasc), garantiu que milita em causas sociais há 20 anos. “Organizamos a nossa pauta de reivindicações de uma forma autônoma e também fomos vítimas do Estado. E mais de uma vez”, relatou.

Para Ronaldo Benedet (PMDB), secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o ponto fundamental para acabar com os problemas e as denúncias de abuso de autoridade nas ma-

nifestações é a criação de uma lei estadual de manifestação. Francisco Campos Ferreira, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) discordou da proposta de Benedet de delimitar os espaços para as manifestações públicas. “A Constituição Federal diz que a população tem direito à livre manifestação, sem que haja delimitação de espaço.”

Por fim, o Comandante da PM, Coronel Eliésio Rodrigues, se disse favorável a manifestações ordeiras e garantiu que os PMs envolvidos no episódio do Pró-Cidadão já respondem inquérito administrativo.



Eduardo Guedes de Oliveira

Ronaldo Benedet (segundo à direita) quer lei que regule manifestações



Eduardo Guedes de Oliveira

Plebiscito nacional sobre o assunto será realizado em setembro

Fórum pela Vale

A rearticulação do Fórum Parlamentar pela Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce e a unidade entre movimentos sociais e parlamento foram os principais resultados da audiência pública que debateu, no dia 10, na Assembléia Legislativa, o plebiscito nacional sobre a retomada da companhia. A consulta ocorre de 1º a 7 de setembro em todo país.

A audiência foi solicitada pelo líder do PT, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside o Fórum. Lideranças de movimentos sociais, sindicais e de entidades estudantis participaram do debate, coordenado pelo presidente da Comissão de Legislação Participativa,

deputado Jailson Lima.

O representante do Comitê Estadual do Plebiscito da Vale, Nauro José Velho, apresentou dados sobre a empresa e afirmou que a retomada é crucial para a soberania nacional. “A Vale do Rio Doce explora 23 milhões de hectares do subsolo brasileiro e foi um patrimônio retirado do povo”, disse. O dirigente destacou pesquisa realizada pelo DEM em que 62,5% da população mostra-se favorável à reestatização.

O deputado Padre Pedro Baldissera espera que o plebiscito seja uma ferramenta de divulgação e esclarecimento do processo ilegal que ocorreu a partir da privatização da Vale.

PLENÁRIO

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados aprovaram diversas matérias, todas analisadas anteriormente nas comissões específicas

Semana de Conscientização de Acidentes no Trabalho

De autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), foi aprovado o Projeto de Lei nº 99/07, que criou a Semana de Conscientização de Acidentes no Trabalho, a ser comemorada na primeira semana de maio. Pela lei, o Executivo e a Secretaria de Estado do Desenvol-

vimento Social, Trabalho e Renda ficarão encarregados de criar o programa relativo ao evento, incluindo seminários, aulas, palestras, concursos, cartazes e outros tipos de mídia que contribuam para a divulgação dos propósitos estabelecidos por esta Lei.

Na justificativa, Aguiar explica que o projeto visa a preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores. O parlamentar informou ainda que, em 2005, o Brasil registrou 2.708 mortes decorrentes de acidentes de trabalho.

Marco Tebaldi recebe título de Cidadão Catarinense

O plenário também aprovou o Projeto de Lei nº 128/07, apresentado pelo deputado Darci de Matos (DEM), que concede o título de Cidadão Catarinense a Marco Tebaldi (PSDB), prefeito de Joinville. Nascido em Erechim (RS), Tebaldi, 49 anos, lecionou na UFSC, onde se formou em engenharia, especializando-se mais tarde em Engenharia Sanitária na USP. Iniciou suas atividades na cidade em 1986, com o desafio de conter invasões irregulares nas áreas de proteção ambiental dos manguezais.

Darci informou ainda que o homenageado foi secretário municipal de Habitação nos governos Wittich Freitag e Luiz Henrique da Silveira (1993 a 2000). No período, urbanizou muitas áreas e iniciou um processo de construção de casas populares. Foi o único representante de Santa Catarina na ECO-92, no Rio de Janeiro, e o único premiado, com o *Projeto Mangue*, de contenção de invasões e urbanização de áreas degradadas. Como vice-prefeito e prefeito, realizou viagens para formação de parcerias com a Argentina, Chile, China, Estados Unidos, Eslováquia, Alemanha, Itália e outros países da Europa.

Orientação e atendimento à gravidez precoce e juvenil

O Projeto de Lei nº 183/07, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que institui o Programa Estadual de Orientação em Saúde e Atendimento Social à Gravidez Precoce e Juvenil foi aprovado.

O programa tem por objetivo orientar sobre higiene e saúde da mulher, gravidez, parto, exames

pré-natais, puericultura, doenças infantis, direitos do nascituro e do recém-nascido e registro civil de nascimento. Todas essas orientações serão dadas simultaneamente ao acompanhamento médico regular nas unidades do SUS, bem como outras atividades relacionadas à saúde da mulher.

Municípios catarinenses têm tradições reconhecidas

O deputado Narcizo Parisotto (PTB) apresentou dois projetos que foram aprovados em plenário. O PL nº 27/07, reconhece Chapecó como Capital Catarinense dos Eventos de Negócios, e o PL nº 138/07, que reconhece Jaraguá do Sul como Capital Catarinense da Inovação Tecnológica.

Num breve histórico sobre Jaraguá do Sul, Parisotto relatou que um dos fatores importantes no desenvolvimento da região foi o beneficiamento no próprio local dos produtos agrícolas e pecuários, agregando valor ao produto final.

Sobre Chapecó, disse que tem vocação na realização de eventos de negócios, tendo o setor se transformado na base da economia, juntamente com a agricultura. A cidade é considerada ponto estra-

tégico para negócios transfronteiras no Sul do Brasil.

Também passou em plenário o Projeto de Lei nº 232/07, do deputado Darci de Matos (DEM), declarando Joinville Capital Catarinense da Dança. Matos lembrou que Joinville já é conhecida sob esse título, que agora passa a ser oficial. O Festival de Dança de Joinville chega à 25ª edição e foi citado no Guinness Book 2005 como o maior festival de dança do mundo, com mais de 4.500 dançarinos e público superior a 200 mil pessoas.

O município de União do Oeste tornou-se a Capital Catarinense do Boi no Roleta com a aprovação do PL nº 139/07, do deputado Reno Caramori (PP). A cidade realiza, anualmente, a Festa Estadual do Boi no Roleta.

Saúde da Mulher terá atenção especial

De autoria da deputada Ada De Luca (PMDB), foi aprovado o Projeto de Lei nº 50/07, que institui a Semana de Saúde da Mulher nos Órgãos Públicos do Estado de Santa Catarina, na semana de maio que compreenda o dia 28, data em que se comemora o "Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher" e o "Dia Nacional de Redução da Morte Materna".

A matéria prevê que as comemorações da semana deverão oferecer atividades voltadas à questão da saúde da mulher, com destaque para a informação, orientação e disponibilização de recursos materiais e humanos para a realização de exames diagnósticos de pouca complexidade e baixo custo.

As atividades desenvolvidas deverão ocorrer em todos os estabelecimentos onde funcionem os órgãos da administração pública estadual direta, indireta, suas autarquias e fundações, assim como nas empresas públicas e sociedades de economia mista que contem com participação de recursos do Estado. E sempre em local acessível a todos os funcionários, prestadores de serviço e população em geral.

Para cada novo cidadão, uma árvore nativa

Foi aprovado o Projeto de Lei nº 7/07, que dispõe sobre a doação de uma muda de árvore nativa, pelo governo estadual, através da Epagri, a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo poder público estadual.

A matéria, de autoria do deputado Onofre Agostini (DEM) propõe que a muda doada deva ser plantada pelos pais do bebê em terreno próprio, ou na falta deste, preferencialmente, em espaço público.

Criada a Medalha Crispim Mira

O Legislativo conta com uma nova honraria: a Medalha de Mérito Crispim Mira, criada para homenagear os jornalistas e demais profissionais de comunicação com destacada atuação.

A proposição, de Darci de Matos (DEM), determina que os homenageados serão indicados pela Associação Catarinense de Imprensa, Associação Catarinense de Rádio e Televisão, Associação dos Diários do Interior, Associação dos Jornais do Interior e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina.

Homenagem

Carlos Kilian



Vitória de Flávio Luiz Pazeto é reconhecida na Assembléia

A aprovação de Flávio Luiz Pazeto, de Caçador, para o Instituto Rio Branco – escola de diplomatas do Itamaraty – motivou a deputada Odete de Jesus (PRB), sua ex-professora, a entregar uma placa em homenagem. O ato aconteceu no Plenário da Assembléia, no dia 10, com a presença dos pais de Flávio. A deputada aproveitou para lembrar outros caçadorenses que conseguiram se destacar, dentre eles a jornalista Sônia Bridi, a juíza Lídia Rocha e a professora Cleci Paganello, diretora da faculdade a distância de Londrina (PR).

PLENÁRIO

TJ eleva número de desembargadores para 50

Foi aprovado, no dia 11, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar 27/07, de origem do Tribunal de Justiça, que amplia de 40 para 50 o número de desembargadores daquele Poder. A matéria também prevê a criação de seis novos cargos para o gabinete de cada desembargador, sendo um secretário jurídico, um oficial de gabinete e quatro cargos de assessor para assuntos específicos.

O projeto foi discutido em audiência pública no dia 3. Na ocasião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Pedro Manoel Abreu, justificou a necessidade de ampliar o número de magistrados para reduzir a "desproporção entre a demanda e o número de julgamentos". Atualmente, Santa Catarina é o estado com o menor número de magistrados no Sul do país.

Plano de carreira do Judiciário

Aprovado Projeto de Lei Complementar nº 28/07, que altera o parágrafo único do artigo 41 da Lei Complementar nº 90, de 1993, que instituiu o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário. Esta mudança define que a gratificação paga aos servidores

no tocante a serviços prestados, além do expediente normal de trabalho, corresponderá ao valor mensal fixado para o nível FG-3. Segundo a matéria, as despesas necessárias à execução deste PLC correrão por conta das próprias dotações do orçamento do Tribunal de Justiça.

Contratações para a Fundação Catarinense de Educação Especial

Está autorizada a prorrogação do prazo do contrato de pessoal admitido em caráter temporário pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 259/07, de origem governamental, a prorrogação se dará, excepcionalmente, até 31 de dezembro de 2008. Ocorrendo

concurso público para provimento dos cargos vagos na FCEE, os ACTs, contratados em conformidade com o disposto no Edital nº 1/05, serão substituídos pelos aprovados, conforme o estabelecido no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal. A verba para pagamento desses funcionários sairá do orçamento da fundação.

Criado Selo Empresa Cidadã

Com emenda modificativa do deputado Marcos Vieira (PSDB), foi aprovado o Projeto de Lei nº 148/07, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que cria o Selo Empresa Cidadã de Santa Catarina, a ser concedido às empresas privadas que instituírem e comprovarem melhorias na qualidade de vida e de trabalho em seu balanço social. A concessão do selo independe do número de empregos das empresas permissionárias e concessionárias de serviço público e será concedido na segunda semana do mês de agosto, em sessão solene, por ocasião do aniversário de Santa Catarina.

O julgamento e a classificação das empresas ficarão a cargo de uma Comissão Especial, designada pelo governador do Estado, composta por representantes do Poder Público e da comunidade.

Escolas terão periódicos disponibilizados

De autoria do deputado Gelson Merísio, líder do DEM, foi aprovado o Projeto de Lei 172/07, alterando o artigo 6º da Lei nº 12.773, de 1º de dezembro de 2003, dispondo sobre o programa de leitura de jornais e revistas em sala de aula. A nova redação autoriza a Secretaria Estadual da Educação a contratar empresas que forneçam jornais ou revistas, locais ou regionais, durante o período do calendário escolar anual.

Os veículos deverão ser aferidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) e enfocar matérias de ordem política, econômica, cultural e educacional, de repercussão local, nacional e internacional.

Merísio informou que a finalidade desse novo texto é proporcionar aos alunos o aprimoramento do senso crítico.



Projetos foram votados em plenário após deputados da situação e da oposição discutirem as matérias

Deputados aprovam LDO com texto original do relator

As 107 emendas do Orçamento Regionalizado foram acatadas, prioridades que terão precedência sobre outras ações governamentais

A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que servirá de base para o orçamento de 2008, foi aprovada por unanimidade no dia 11, com ressalvas da oposição. Foi a última matéria a ser votada antes do recesso parlamentar, que ocorre de 16 a 31 de julho.

O texto foi aprovado na forma original apresentada pelo relator Renato Hinnig (PMDB). Todas as emendas que tiveram pedidos de destaque em plenário, apresentados individualmente ou por bancada, foram rejeitadas conforme encaminhamento de votação feito pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB). De acordo com ele, por haver limitação material e legal.

O relator Renato Hinnig explicou o questionamento formulado pela líder do PRB, deputada Odete de Jesus, de que não acatou apenas as suas emendas, mas subscreveu as 107 emendas colhidas durante as audiências públicas do Orçamento Regionalizado e que foram elaboradas pela Coordenadoria do Orçamento da Assembléia. Estas são resultantes das três prioridades apontadas pelos municípios,

distribuídos nas 36 secretarias regionais. Hinnig informa que estas prioridades terão precedências sobre outras ações governamentais, respeitadas as vinculações constitucionais. "As demais ações deverão ser atendidas com recursos do Fundo Social, conforme decisão do governador", explicou.

Expectativa

Hinnig destacou ainda que a decisão de acatar apenas emendas do orçamento e não as encaminhadas por bancadas ou parlamentares é uma medida para não criar expectativa em cima de ações que não poderão ser efetivadas. Lembra que dados históricos dão conta que vêm sendo disponibilizados apenas 0,04% da receita do Estado para investimentos.

Esta posição foi reafirmada pelo líder do Democratas, deputado Gelson Merísio, que encaminhou votação contra a aprovação dos destaques em plenário, ressaltando que, apesar dos discursos da oposição, o que o governo estaria tentando fazer é uma LDO factível.

O petista Décio Góes criticou a rejeição das emendas de sua bancada e comentou que a intenção era estabelecer limites. "Só do Fundo Social são R\$ 135 milhões que serão aplicados ao bel prazer do governador, sem parâmetro nenhum. O que estamos é entregando um cheque em branco para o governador". Em resposta, o líder do governo, João Henrique Blasi, disse que este foi o programa de governo que foi sufragado soberanamente nas urnas.

No relatório apresentado por Hinnig foi acrescentada emenda aditiva autorizando o Executivo a repassar recursos adicionais ao Ministério Público, necessários ao fortalecimento de atividades voltadas à administração tributária e inteligência fiscal. Para a Assembléia Legislativa ficou autorizado que o Executivo repasse aumento de recursos necessários para a recuperação e ampliação física do Palácio Barriga Verde e a cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes da aplicação de novas regras na legislação previdenciária estadual sem, no entanto, majorar o percentual.

COMUNIDADE

Jogos da 3ª Idade serão regulamentados

Lei nº 13.846 foi aprovada em 2006 e está sendo debatida para que se definam os detalhes da competição, pioneira no país

Santa Catarina tem aproximadamente 500 mil idosos. Pelo menos 150 mil estão ligados a grupos ou associações que promovem o bem-estar através de atividades culturais, sociais, artesanais e turísticas. E logo o esporte também deverá fazer parte dessas atividades.

Em audiência pública realizada no dia 9, no auditório Antonieta de Barros, foi discutida a regulamentação da Lei nº 13.846, sancionada pelo governo em outubro de 2006, para a instituição dos Jogos Abertos da 3ª Idade no estado.

Proposta pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), autor da lei, por intermédio da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), o encontro teve como principal objetivo estudar a criação de um evento regionalizado que integre pessoas da 3ª idade. "É um momento ímpar", declarou

Aguiar ao defender que se trata de um investimento de retorno inquestionável, um diferencial para o estado.

Detalhes

Segundo Cacá Pavanello, presidente da Fundação Catarinense de Desportos (Fesporte), a entidade vai se empenhar para a realização dos Jogos da 3ª Idade e está de portas abertas para a sua regulamentação. Conforme Pedro Lopes, presidente do Conselho Estadual de Desporto, órgão que normatiza os esportes estaduais, os Jogos Abertos da 3ª Idade agraciam 10% da população. "Temos que decidir detalhes da competição, já que a lei está aprovada e sancionada."

Além de Darci de Matos, Antônio Aguiar e as lideranças esportivas, foram convidados para fazer parte da mesa Rose Sampaio, repre-

sentando Porto União; Silvio Prado, de Canoinhas; Carin Bruns e Tereza Vierheller, de Joinville; Ester Maria Rosa, de Barra do Sul; Ana Beatriz Moecke, de Garuva; e o vereador e presidente da Fundação de Esporte de Joinville, Antônio Lennert, para quem o debate mais importante para a regulamentação dos Jogos Abertos da Terceira Idade seria a arrecadação de verba.

Matos parabenizou Aguiar pela elaboração da lei, que frisou ser mais uma ação pioneira. "Somos o único estado da federação a ter os Jogos Abertos e agora também seremos o único a ter os Jogos Abertos da 3ª Idade". O deputado enfatizou a necessidade da criação de novas políticas públicas. "Precisamos criar novos centros de convivência. Cabelos brancos representam serviços prestados, experiência e sabedoria", concluiu.



Divulgação/Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Campo Mourão/PR

Iniciativa vai além da competição. Envolve saúde e inclusão social



Eduardo Guedes de Oliveira

Audiência pública sobre o assunto reuniu centenas de pessoas ligadas à área e atletas da chamada melhor idade

Idosos estão mobilizados

A representante do grupo da 3ª Idade de Canoinhas, Sílvia do Prado, resumiu o sentimento dos atletas dessa faixa etária. "Mesmo sem ganhar as competições, já seremos vitoriosos pelo espírito fraterno." Conforme Carin Bruns, de Joinville, os idosos que praticam esportes têm mais saúde, o que aumenta a motivação e a alegria dos atletas. "Infelizmente representamos uma minoria", lamentou.

A integração entre os grupos de Joinville também foi mencionada por Tereza Vierheller. "O nosso objetivo é ser feliz. Desejo que os jogos sejam mais um grande marco na vida dos idosos." Cecília Carvalho do Nascimento, representante do Centro de Convivência de Join-

ville, pediu que na regulamentação estivessem previstos os recursos para que os idosos usufruam dos exercícios físicos gratuitamente.

"Este é um projeto que já nasce vitorioso", foi a análise de Adalir Borsatti, responsável pelo programa *Políticas para o Esporte*, da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. A estrutura foi a preocupação de Pedro Ferreira, do Grupo de Idosos de Canoinhas. "Para que o JASC da 3ª Idade tenha sucesso, é preciso que se construa um evento duradouro."

Finalizando o debate, Pedro Lopes destacou três pontos primários a serem definidos: data, cidade-sede e nomeação de uma comissão para definição de modalidades.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Cristiano Marcelino Albernaz
Nascido em 26/08/1988
Desaparecido em 04/12/2004
Cidade: Aparecida de Goiânia – GO



Graciane da Silva Bandeira
Nascida em 02/07/1988
Desaparecida em 10/10/2005
Cidade: Paiçandu - PR



Edvan Ramos dos Santos
Nascido em 13/10/1993
Desaparecido em 30/01/1997
Cidade: Goiânia – GO



Gislaïne Satiro da Silva
Nascida em 26/07/1989
Desaparecida em 11/02/2004
Cidade: São Paulo – SP

www.portaldaesperanca.org.br – portaldaesperanca@portaldaesperanca.org.br / (48) 9168-3898

A RIQUEZA QUE BROTA DA UVA

[EDITORIAL]



As surpresas do *terroir* catarina

Em algumas das regiões mais pobres do território catarinense, a esperança do desenvolvimento econômico e social tem a forma translúcida dos grãos de uva. Desde o início da década, a área e a produção dos vinhedos de Santa Catarina crescem expressivamente. Depois de implantar novas técnicas de plantio, manejo, colheita e processamento, os agricultores do estado agora elaboram vinhos que impressionam especialistas no Brasil e no Exterior. Atualizando essa atividade ancestral, a cooperação entre organizações públicas e privadas impulsiona a agroindústria, que semeia riqueza e empregos.

O incremento de renda provém da agregação de valor com o processamento da matéria-prima. O Estado desenvolveu tecnologias para plantar, colher e produzir o suco, o vinho, o espumante. Como resultado, há muitas novidades no mercado, a exemplo da refinada produção dos vinhedos de elevada altitude (São Joaquim, Caçador, Campos Novos) e da elaboração de espumantes de qualidade a partir de uvas americanas em regiões tradicionais de cultivo (Videira, Urussanga, Iomerê). A colheita de uvas no estado cresceu de 30,6 mil toneladas em 1999 para 54,1 mil em 2007.

Boa parte dos novos viticultores disputa o mercado de elite, cada vez mais ocupado por rótulos importados. Em 2004, pela primeira vez na história, vinhos finos de fora do país responderam por mais de 60% do consumo: dos

57,9 milhões de litros vendidos no Brasil, 36 milhões tinham rótulos estrangeiros.

Os brasileiros consomem relativamente pouco vinho, cerca de dois litros *per capita*. Na Argentina, o consumo é vinte vezes maior, mas cada décimo de crescimento no mercado brasileiro corresponde a alguns milhões de litros. Estima-se que no Brasil a produção de vinhos finos some 36 milhões de litros e a vinificação total, 180 milhões de litros.

A expansão da vitivinicultura catarinense, explorando as particularidades do solo e do clima locais, é resultado de uma série de fatores combinados. As instituições públicas de pesquisa agropecuária têm desenvolvido cultivares e técnicas próprias para as condições de plantio e processamento nas diversas regiões do estado (caso da UFSC e das Estações Experimentais da Epagri em Videira, Urussanga e São Joaquim). Ações de governo estimulam a organização das comunidades e aprimoram a infra-estrutura das regiões produtoras. Os empresários articulam-se para defender seus interesses em entidades corporativas como a Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude (Acavitis) e a Associação dos Produtores da Uva e Vinho Goethe (Progoethe).

Em São Joaquim, busca-se constituir um arranjo produtivo local em torno da vocação vitivinícola. Lá, desde 1999, surgiram mais de 20 novos empreendimentos em torno da uva. Alguns deles

já produziram aromas e sabores surpreendentes quando, líquidos, seus produtos beijaram as taças – como o Chardonnay Lote 1, da Villa Francioni; o Pinot Noir, da Quinta da Neve; e o Cabernet Sauvignon Grande Reserva 2004, da Pisani Panceri. Tintos e brancos das últimas três safras já estão na elite da produção nacional, comprovando a competência dos trabalhadores, o arrojo de investidores que acreditaram na força daquela terra e aplicaram a tecnologia desenvolvida por universidades e institutos de pesquisa públicos.

Até produtores gaúchos, atavicamente contrários à importação de insumos, compram matéria-prima em Bom Retiro para a produção de vinhos finos. Mas é exceção: a capacidade de processamento industrial de uvas já é maior do que a colheita em Santa Catarina. Cantinas da região de Nova Trento importam matéria-prima de outros estados enquanto, otimistas, aguardam safras abundantes no planalto catarinense.

As pesquisas constataram que os vinhos de altitude à base de Cabernet Sauvignon ou Merlot, untuosos e amplos, têm aromas intensos e taninos macios, diferentemente dos demais produzidos no país (veja ao lado). Há inúmeros esforços para adaptar ao território catarinense variedades pouco experimentadas no Brasil – como Nebbiolo, Petit Verdot e Mourvèdre.

É com essa vitalidade que está surgindo, em Santa Catarina, o melhor *terroir* do país.

Os efeitos da altitude nas videiras

Pesquisas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) constataram que o plantio de uvas em áreas com altitude superior a 1.000 metros assegura frutos de elevada qualidade, adequados para a produção de vinhos finos. Entenda como condições edafoclimáticas particulares afetam o cultivo, a vindima e a vinificação:

- Condições climáticas particulares retardam o ciclo produtivo da videira: enquanto na maior parte do país as uvas brotam em setembro e são colhidas em fevereiro, nas regiões de altitude em Santa Catarina, em função principalmente das baixas temperaturas noturnas, os grãos surgem no final de outubro e são colhidos entre abril e maio.

- Com isso, o amadurecimento e a colheita podem ocorrer em períodos com volume de chuvas menor do que nas regiões produtoras tradicionais.

- As regiões de altitude têm amplitude térmica elevada (diferença entre a temperatura do dia e a da noite). Combinada com o período de pouca chuva, tais características provocam variações hormonais e de metabolismo fenólico nas uvas.

- Sob temperatura mais baixa, a planta prioriza o desenvolvimento do fruto. Isso gera bagas

com coloração intensa, pequena adstringência e taninos macios. As sementes têm tonalidades escuras, o que também indica a maturação completa dos taninos.

- Os teores de ácido málico nos mostos obtidos dessas uvas são elevados.

- Os vinhos produzidos de tais frutas apresentam expressão aromática intensa que salienta a tipicidade varietal, com participação de aromas herbáceos quase nula, o que também os diferencia dos tradicionalmente produzidos no Brasil

- Entre as principais características gustativas dos vinhos observa-se a maciez dos taninos, mesmo em vinhos jovens, o equilíbrio que empresta à bebida untuosidade e amplitude.

- Em São Joaquim, as condições de produção lembram as do Chile, inclusive pela proximidade do mar, a 60 km em linha reta. Nos vinhedos da Serra do Marari, na região de Campos Novos, e Água Doce, região de Caçador, as condições se assemelham à viticultura “continental”, mais distante do oceano - termo que caracteriza, por exemplo, os vinhedos da Borgogne, na França.

Fonte: Jean Pierre Rosier, “Novas regiões: vinhos de altitude no sul do Brasil”. Artigo apresentado ao X Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia

Cooperação público-privada impulsiona vitivinicultura catarinense

Com base em descobertas de pesquisadores da Epagri e da UFSC, empreendedores revolucionam a produção e o processamento de uvas no Estado

O desenvolvimento recente da vitivinicultura em Santa Catarina é o resultado de um raro *assemblage* de competências públicas e privadas. Há menos de uma década, pesquisadores, governantes, agricultores, empresários e consultores cooperam para a consolidação da atividade. Os resultados são tão animadores que hoje muitos vitivinicultores, em vários pontos do estado, perseguem o mesmo objetivo: produzir os melhores vinhos do Brasil, comparáveis aos melhores do mundo.

As raízes desse ambicioso projeto coletivo estão em descobertas científicas da equipe da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Desde 1991, pesquisadores da instituição testam a adaptação de espécies *vitis vinifera* de origem européia em vários pontos do território estadual. Uvas viníferas haviam sido plantadas em Santa Catarina antes mesmo que no Rio Grande do Sul, estado com a maior produção da fruta no país, mas sem sucesso.

Nem todos os resultados das experiências da Epagri foram animadores e alguns vinhedos, como os de São Joaquim, foram esquecidos após a primeira colheita. A safra de 1998, contudo, trouxe frutos inesperadamente doces e equilibrados, justo daquelas plantas abandonadas no Planalto Serrano. A microvinificação realizada na Estação Experimental da Epagri em Videira confirmou a impressão: os vinhedos produzidos em terras com mais de 1.000 metros de altitude produziam matéria-prima de qualidade incomparável no Brasil.

Empreendedores viram na descoberta uma oportunidade de investimento. "A produção de uva e vinhos, em diferentes países do mundo, é a que mais agrega valor e gera desenvolvimento econômico e social em todo o setor agrícola", afirma o diretor de marketing e comunicação da Associação Catarinense de Produtores de Vinhos Finos de Altitude (Acavitis), Acari Amorim, sócio da vinícola Quinta da Neve, de São Joaquim.

Como resultado dessa convicção, desde 1999, a área plantada com uvas no estado aumentou 72%, de 2,8 mil hectares para 4,9 mil. A produção em 2007 chegou ao maior volume da história: 54,1 mil toneladas. O que conta, entretanto, não é quantidade. Os vinhedos catarinenses não produ-

zem mais do que 4,3% dos cachos de uva colhidos no Brasil, mas é deles que têm sido espremidos alguns dos melhores espumantes e vinhos finos já produzidos no país. É o resultado de um *terroir* único, pela combinação das características do solo, do clima e do homem.

Os investimentos privados em 12 vinícolas, entre as que já estão produzindo ou as que ainda serão implantadas, superam os R\$ 50 milhões. A expectativa de retorno multiplica essa cifra. Apenas os dois mais ambiciosos produtores do estado – a Villa Francioni, de São Joaquim, e a Villaggio Grando, de Água Doce – planejam preencher 300 mil garrafas, por safra, a partir de 2009, o que pode assegurar a cada uma delas receitas superiores a R\$ 17 milhões por ano. Só com os vinhos. Além do faturamento com a bebida, a vitivinicultura deve impulsionar também o turismo enogastrônomo nas regiões produtoras.

A força do investimento encontrou-se com a disposição de governantes e de instituições de pesquisa e apoio aos empreendedores. Arranjos produtivos locais (APLs) com o objetivo de expandir o turismo e desenvolver a cadeia produtiva estão sendo constituídos entre governo e sociedade civil nas regiões vitivinícolas. Duas associações de produtores e o sindicato da indústria formularam, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC), o Projeto de Desenvolvimento e Promoção dos Vinhos Finos de Santa Catarina. O governo estadual firmou recentemente um protocolo de cooperação com autoridades da Província de Trento, na Itália, para o investimento de R\$ 3 milhões em transferência de tecnologia.

A Epagri continua o trabalho que começou há uma década: acompanha o plantio e vinifica amostras da produção de todo o estado, contribuindo com a identificação das espécies que melhor se adaptam ao território. São quase 200 microvinificações por ano – só em 2007, haviam sido 167 até o início de junho.

Nas cantinas da Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves, pesquisadores catarinenses desenvolveram o espumante de níagara, que já conquistou mercado para mais de 300 mil garrafas por ano. A pesquisa ganhou o reforço de professores da Universidade Federal de Santa Catarina, que



O agrônomo Alessandro Paviani acompanha o desenvolvimento de 99 variedades de uvas, em Água Doce. É o maior canteiro de experiências com espécies viníferas do país

participaram em 18 de junho do lançamento do Instituto Catarinense da Tecnologia da Vitivinicultura (ICTV), em São Joaquim. Com estudos da UFSC, os produtores de Urussanga documentaram o requerimento para criação da Indicação Geográfica de Procedência (IGP) de vinhos e espumantes produzidos com a uva Goethe.

O Sindicato da Indústria do Vinho de Santa Catarina (Sindivinho), que representa 84 empresas, estima que 1.500 famílias extraíam sua renda diretamente da atividade, mas reconhece a ausência de dados confiáveis sobre o setor. "Pretendemos implantar o cadastro vitivinícola, em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário", afirma Celso Panceri, presidente do Sindicato desde 2005. "Afinal, evoluímos em cinco anos o que não havíamos evoluído em 50."

Apoio para conquistar o mercado nacional

Para estimular a indústria de vinhos finos em Santa Catarina, ampliar em 20% a participação desses produtos no mercado nacional até 2009 e aumentar em 25% o número de rótulos, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC) firmou, em junho, um convênio com a Acavitis. Formada em novembro de 2005, a Associação representa 37 empresas, com 320 hectares plantados do Planalto Serrano até o Meio-Oeste, que apostam no desenvolvimento baseado no turismo enogastrônomo.

A previsão de investimentos é de R\$ 800 mil, em ações como a participação nas principais feiras e eventos do setor no país, a promoção de visitas de confrarias, chefes de cozinha e *sommeliers* às cantinas catarinenses e serviços de consultoria para o aprimoramento

da produção e a formulação de políticas públicas de apoio à cadeia produtiva.

O convênio é uma das ações do Projeto de Desenvolvimento e Promoção dos Vinhos Finos de Santa Catarina, fruto de dois anos de discussões entre o Sebrae, o Sindivinho e os empresários integrantes da Associação dos Produtores da Uva e Vinho Goethe (Pro-Goethe) e da Acavitis. O projeto do Sebrae também objetiva contribuir para que a produção local obtenha certificações de Indicação Geográfica de Procedência – a exemplo do Vale dos Vinhedos do Rio Grande do Sul – e de Denominação de Origem, esclarece o coordenador estadual Fábio Burigo Zanuzzi. Ambas as certificações são responsabilidade do Instituto Nacional de Produção Industrial (INPI).

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE UVAS EM SC (1999-2007)									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ÁREA PLANTADA (ha)	2.820	3.016	3.487	3.514	3.671	3.728	4.224	4.986	4.870
PRODUÇÃO (T)	30.610	40.541	42.864	41.093	41.709	43.988	47.971	47.928	54.122

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - GCEA / IBGE

Dos pontos mais altos do estado, os vinhos mais nobres do país

Expansão da vitivinicultura, aliada ao turismo enogastronômico, representa esperança de desenvolvimento econômico e social para as regiões de São Joaquim, Campos Novos e Caçador. Investimentos não faltam: só as três maiores agroindústrias planejam produzir mais de um milhão de garrafas por ano até o final da década

O desenvolvimento da agroindústria vitivinícola em terrenos de altitude em Santa Catarina está gerando renda e empregos em três das regiões mais pobres do estado. Investimentos privados semeiam nos territórios de São Joaquim, Campos Novos e Caçador a esperança de melhoria de vida que ajuda a conter o êxodo rural.

Até recentemente, a produção de uva e vinho em Santa Catarina acompanhava a história da ocupação do território por colonos italianos. Nos últimos dez anos, com a descoberta da potencialidade produtiva das regiões com mais de 1.000 metros acima do nível do mar, esse desenho mudou. Os vinhedos de altitude cobrem de oportunidades as colinas outrora abandonadas no entorno de São Joaquim, 226º colocado entre os 293 municípios de Santa Catarina no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Caçador e Campos Novos também ostentam IDHs baixos (veja quadro).

“A Serra é a grande fronteira do desenvolvimento catarinense. Até pouco tempo, era o patinho feio de Santa Catarina e sua principal fotografia do subdesenvolvimento era a falta de infra-estrutura”, afirmou o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, durante a assembléia de constituição do Instituto Catarinense de Tecnologia da Vitivinicultura (ICTV), em São Joaquim, em 18 de junho. Na avaliação do governador, o desenvolvimento alimentado pela produção de vinho vai se alastrar pela região, proporcionando empregos e renda para a população.

O governo comprometeu-se a fazer a sua parte, investindo na melhoria das estradas e na ampliação dos aeroportos da região.

A repercussão econômica do desenvolvimento, no entanto, é um fenômeno de longo prazo. “Depende da proliferação de pequenos agricultores, numa comuna de entusiasmo”, propõe o enólogo Orgalindo Bettu, da Villa Francioni, de São Joaquim.

Mas já existem indicadores robustos de prosperidade. Enquanto em 2000 o custo médio da terra em São Joaquim variava entre R\$ 700 e R\$ 900 o hectare, em 2005 o preço oscilava entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil dependendo da distância em relação à sede do município. “Ou seja, o preço quintuplicou em cinco anos”, constata o pesquisador Wilton Carlos Cordeiro, na dissertação de mestrado “A Vitivinicultura em São Joaquim”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC em junho de 2006. “As condições são bastante favoráveis para que o setor se torne o principal impulsionador da economia local, tanto no que diz respeito à existência na região de um recurso específico para a produção de vinhos diferenciados, bem como à presença cada vez mais freqüente no mercado brasileiro de consumidores que demandam por produtos de qualidade”, avalia Cordeiro.

O cultivo de videiras em São Joaquim é uma conquista da tecnologia. Os terrenos são pedregosos, pouco profundos e naturalmente

ácidos. A possibilidade de ocorrência de geadas tardias pode inviabilizar a safra, o que contribui para a adoção de cobertura plástica para os vinhedos. “As novas regiões não trazem consigo vícios herdados do conhecimento empírico e estão mais receptivas às inovações tecnológicas”, afirma o doutor em Enologia Jean Pierre Rosier, gerente regional da Epagri em Videira.

Responsável pelo desenvolvimento de alguns dos melhores vinhos atualmente em produção no estado, Rosier acredita que os resultados das avançadas técnicas

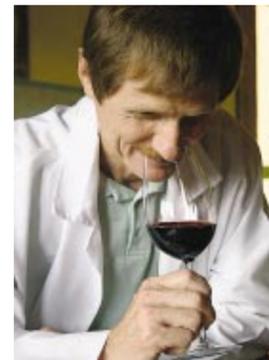
de produção adotadas nos cultivos mais recentes estimulam o aperfeiçoamento das técnicas tradicionais. “Hoje, bons vinhos de Niágara são produzidos com técnicas de processamento semelhantes às de viníferas”, explica. Tais técnicas permitiram, por exemplo, a produção de espumantes de uvas americanas ou híbridas – como a Goethe e a Niágara – e a melhoria de qualidade dos vinhos de mesa, ampliando a participação catarinense também nesses mercados.

De inspiração francesa, vinhos de corte expressam o *terroir* catarinense

“Quebrar paradigmas” é expressão citada repetidamente pelos produtores de uva e vinho em Santa Catarina, nos últimos anos. Também aplicada às novas técnicas de cultivo exigidas pelas distintas características dos solos, a idéia é principalmente usada para definir os esforços de conquista de mercado pelos produtores de vinhos finos feitos com cortes de diversas variedades de uvas e múltiplas safras – o *assemblage*.

No Brasil, a exemplo da maioria dos países do Novo Mundo (Estados Unidos, Chile, Argentina) predominam variedades ou bivariedades – produzidas com um ou dois tipos de uva. “A cultura de produção de variedades é americana”, observa o enólogo Jean Pierre Rosier. “E é mais uma característica comercial do que verdadeira: 40% da composição de um varietal pode conter outras castas. Quase todo Cabernet tem um corte de Merlot, mas os produtores não revelam que se trata de um *blend*.”

Para a concepção do Inominable, principal rótulo da Villagio Grando, de Água Doce, Rosier encontrou inspiração no chileno Caballo Loco, da Vinícola Valdivieso. Vinho não-safrado (a seqüência das tiragens é identificada por números), o Caballo Loco é resultado de uma combinação de amostras da safra corrente com



Orgalindo Bettu: em busca da harmonia

parcelas das tiragens anteriores. “No conjunto, o vinho não tem comparação”, explica Rosier.

Para vários vitivinicultores catarinenses, o *assemblage* expressa melhor as características do clima, do terreno e dos produtores. Os cortes dos vinhos da Villa Francioni, de São Joaquim, só ficam prontos depois de três meses e 300 degustações em busca da harmonia.

Fabricante de “vinho de garagem” nas propriedades da família em Garibaldi – 3 a 5 mil garrafas, que valem até R\$ 150,00 em lojas especializadas – o enólogo Orgalindo Bettu já trabalha na Vinícola Aurora, que produz



Em São Joaquim, pomares cobertos protegem os frutos da geada

Em São Joaquim, como em Bordeaux, Porto e Bourgogne

O enólogo Átila Zavarize é um exemplo de conterrâneo que encontrou oportunidades na vitivinicultura catarinense. Nascido em Urussanga há 23 anos, formado em Enologia em Bento Gonçalves, foi recrutado pela Villa Francioni, de São Joaquim, depois de um estágio no Chandon. Hoje é um dos três profissionais responsáveis pela seleção dos cortes de variedades que irão compor cada vinho da empresa.

Os vinhedos da Villa Francioni somam 50 hectares, em duas fazendas, em São Joaquim e Bom Retiro, com área total de 1.120 hectares. Começaram a ser plantados em 2000, com mudas importadas da França e da Itália. A vinícola, de 4,5 mil metros quadrados, foi concluída no final de 2004. Construída em seis níveis, aproveita a inclinação do terreno, minimizando o uso de transferências mecânicas. O engarrafamento é automático.

O manejo do cultivo respeita a natureza em favor da uva. Vistos do alto, os vinhedos cobertos de plástico se parecem com uma horta gigante. O controle da produção se estende à contagem do número de folhas por ramo, do número de cachos por planta. Os vinhos têm garrafas francesas, cápsulas

espanholas, rolhas portuguesas e distribuição estratégica, focada em lojas especializadas e restaurantes de alta gastronomia. “É uma vinícola de boutique”, define a diretora de marketing e comercial, Roberta Mitsuda Chagas.

Os primeiros lotes foram aplaudidos pela crítica. As safras mais recentes dos vinhos brancos e do rosé da Villa Francioni são classificadas, por unanimidade, na elite da produção vinícola do país (e inegavelmente entre os mais caros). A aceitação internacional servirá para endossar, no mercado interno, o discurso de que os produtos de São Joaquim podem ser comparados a alguns dos melhores vinhos e espumantes do mundo. As exportações começaram pelo mercado alemão, com a acanhada carga de 120 garrafas de tinto e 60 de branco.

Até 2006, a Villa Francioni investiu R\$ 3,6 milhões em equipamentos para vinificação e em marketing. Mas o volume de capital já destinado ao empreendimento é muito maior. O empresário Manoel Dilor de Freitas, fundador do grupo Cecria falecido em agosto de 2004, idealizou a vinícola no final da década de 1990. A pesquisa para fundamentar o negócio impli-



Átila Zavarize: oportunidade e estímulo

cou viagens aos principais países produtores de vinho de qualidade, na Europa e nas Américas.



Maurício Grando: R\$ 10 milhões para a nova cantina

Em Caçador, um investimento inominável

Há dez anos, o empresário Maurício Carlos Grando passeava com o amigo francês Jean Louis Chevreton nas terras de sua fazenda em Água Doce, a 48 km de Caçador, perto da fronteira com o Paraná. No topo das colinas ensolaradas cortadas pelo vento frio, a 1.360 metros do nível do mar, divisando os pinheiros que emolduravam em verde o horizonte azul-profundo do planalto, o amigo recordou-se do clima de regiões produtoras de vinho na França – e asseverou que vinhedos prosperariam daquela terra avermelhada. Hoje, dois espumantes da Villagio Grando têm o rótulo “Le Chasseur”, homenagem do empresário ao amigo e à cidade em que construiu sua riqueza.

O empreendimento de Grando tem, provavelmente, a maior coleção de *vitis vinifera* em desenvolvimento no Brasil. São 68 espécies e 31 variações, totalizando 99 variedades em teste. Entre elas, Gewürztraminer e Riesling, típicas dos melhores vinhos alemães, Gros Manseng, Viognier e outras espécies francesas de difícil adaptação ao solo brasileiro.

As primeiras mudas foram importadas em 1999. O cultivo teve início no ano seguinte, com suporte da Epagri no plantio, manejo e vinificação das safras pioneiras.

Na imensa fazenda, que emprega 53 trabalhadores, há apenas 52 hectares cobertos de vinhedos – a produção diversifica-se em maçã, madeira de reflorestamento, gado de corte e leite para queijos.

“Não tenho idéia do montante do investimento”, afirma Grando. A cantina-protótipo que atualmente fabrica dois vinhos tintos e três brancos tem capacidade para produzir 250 mil garrafas. Mas é mesmo protótipo: o empresário estima que investirá R\$ 10 milhões na construção de nova vinícola, com capacidade para 600 mil garrafas. A meta de produção não ultrapassa a metade disso.

Acostumado a vender madeira beneficiada no planeta inteiro, Grando aposta que o vinho catarinense encontrará mercado também para a exportação. “Quanto o produto é nobre, vende em qualquer lugar do mundo”, confia.

O tinto Inominable, corte de sete variedades, entre as quais tipos raros no Brasil, como Marsellan e Mourvèdre, é o mais sofisticado da vinícola, cuja produção é vendida apenas para restaurantes, confrarias e lojas especializadas. “Temos de frear o mercado. Por enquanto, não temos produção suficiente para a demanda”, afirma Grando.

VINHOS FINOS, REGIÕES POBRES

Município	IDH (2001)	Posição no ranking dos municípios
São Joaquim	0,766	226º
Caçador	0,793	159º
Campos Novos	0,794	152º

Borbulhas de prosperidade com o espumante de Niágara

Desenvolvimento de técnica para extrair bebida “nobre” de uva “pobre” agrega valor ao cultivo das regiões vitivinícolas tradicionais



Celso Panceri: crescimento da indústria depende de mais informações sobre o mercado consumidor

A experiência dos sentidos no momento da degustação explica o sucesso de uma das invenções mais originais da vitivinicultura catarinense - o espumante de Niágara.

Nas taças borbulhantes da bebida, de baixo teor alcoólico, delicados narizes femininos reconhecem o aroma e o sabor característicos da uva de mesa. “É a uva líquida”, associa Celso Panceri, presidente do Sindivinho e um dos principais produtores do espumante.

O público feminino residente em regiões litorâneas e de temperatura elevada constitui o principal mercado da bebida, cuja *perlage* irrompe em tons esverdeados e de amarelo claro. Os espumantes são 25% da produção da

Vinícola Panceri, de Tangará, que tem capacidade para 600 mil litros por ano e, em 2007, elaborou 150 mil garrafas.

A idéia de produzir espumante de Niágara foi do empresário Caio Pisani, como parte de uma estratégia para o desenvolvimento da região onde construiu sua riqueza. “Ele me disse: faça algo nobre com uva pobre”, lembra o enólogo Jean Pierre Rosier, da Estação Experimental da Epagri, em Videira. Sem equipamentos adequados para a vinificação de espumantes, a Epagri associou-se à Embrapa de Bento Gonçalves, em cuja cantina foram elaborados os primeiros 50 litros, com o método *charmat*. A Epagri também desenvolveu vinhos licorosos a partir de Niágara.

A produção de espumantes dessa uva cresce com a cooperação dos agricultores. Um grupo de cantineiros de Iomerê fez a primeira vinificação comercial, há cinco anos, com vários rótulos. Dos cerca de 300 mil litros de espumante catarinense engarrafados em 2006, metade é de uvas Niágara. A produção agrega valor à matéria prima: uvas que são vendidas, durante a safra, por menos de R\$ 0,50 o quilo transformam-se em garrafas de espumante, cujo preço de atacado chega a R\$ 10,00.

O empresário Caio Pisani, idealizador do espumante de Niágara, morreu num acidente de carro, no Valle Nevado, no Chile, no último dia 21 de junho.

“Mentalidade de colonizado” atrapalha vinho nacional

Os produtos mais refinados da Vinícola Panceri são os tintos produzidos com espécies plantadas num terreno de 20 hectares de propriedade da família Pisani, na Serra do Marari. O Pisani Panceri Grande Reserva Cabernet Sauvignon 2004 foi incluído entre os dez melhores tintos do país, na edição de maio deste ano da mais prestigiada revista brasileira de gastronomia. Mas qualidade de produto não é garantia de mercado, reconhece Celso Panceri: “Fazer o negócio dar dinheiro é diferente de investir por *hobby*. A viabilidade do negócio é um desafio permanente.”

A Panceri decidiu converter a produção de variedades ameri-

canas para européias ainda nos anos 1990, em busca de maior valor agregado. Investiu R\$ 500 mil para aprimorar as técnicas de vinificação e ampliar a oferta de rótulos. Mas ainda não consegue vender toda a produção.

“O gargalo é a comercialização. Temos dificuldade para posicionar certos produtos, diante da concorrência com vinhos argentinos e chilenos”, afirma Panceri, que já expôs em feiras na Inglaterra, Suécia e Estônia e está exportando para a República Checa. “O mercado externo está mais fácil de conquistar que o interno. O mercado nacional não valoriza o vinho brasileiro. É uma mentalidade de colonizado.”

Produtores de Goethe aguardam Indicação de Procedência única no país

Uva híbrida de variedades européias e americanas chegou à região de Urussanga no início do século 20 e hoje é base para vinhos e espumantes

Os 23 produtores de vinhos e espumantes de uva Goethe na região de Urussanga, no sul do estado, esperam conquistar até o final de 2007 o registro de Indicação Geográfica de Procedência (IGP), concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), para agregar valor à produção e incrementar a qualidade do vinho. O Sul Catarinense é a única região do país em que se encontra a variedade.

Desde 2005, um grupo de especialistas da UFSC, do Sebrae/SC e da Epagri presta assessoria técnica aos produtores. O solo de Urussanga e Pedras Grandes foi mapeado. Serão comparadas as safras produzidas em onze tipos diferentes de solo, a fim de identificar os terrenos com melhores características químicas e físicas para a evolução da uva.

A Goethe é uma uva híbri-

da, obtida a partir de 1850 por cruzamentos entre a variedade européia Moscato de Hamburgo (ou Moscato Preta) e a americana Carter (derivada de Isabel), segundo pesquisa do professor da UFSC Edson João Mariot, do Colégio Agrícola de Camboriú. Atualmente são produzidas quase 600 toneladas/ano da Goethe em 88,4 hectares, distribuídos em 58 propriedades rurais, segundo a Epagri. A produção rende em torno de 400 mil litros de vinho e 10 mil litros de espumante. A safra de 2007 foi 30% maior do que a do ano anterior.

“Guardando as devidas proporções, estamos querendo transformar a região em uma Champagne brasileira”, compara o presidente da Associação dos Produtores da Uva e Vinho Goethe (Progoethe), Renato Damian.

A Associação já está recolhendo documentos para, após

a aprovação da Indicação de Procedência, solicitar o registro de Denominação de Origem. Com as certificações, pretende-se revitalizar o produto, importante para a história de Urussanga.

É uma aposta, acima de tudo, cultural. A uva foi levada para a região no início do século passado pelo imigrante italiano Giuseppe Caruso MacDonald. Nos planos da Progoethe, criada em 2006, também estão a qualificação dos vitivinicultores e a criação de uma rota de turismo enológico. Os Vales da Uva e do Vinho Goethe têm roteiros que evocam as marcas da colonização italiana.



Carolina Velloso/Progoethe

Certificação agregará valor para 23 produtores da uva Goethe, como Hédi Damian

Variedades em teste nas regiões de altitude



BRANCAS:

Chardonnay
Coda di Volpe
Fiano
Garganega
Incrocio Manzoni
Prosecco
Riesling Renano
Sauvignon Blanc
Verdicchio
Vermentino
Viognier

TINTAS:

Aglianico
Aleatico
Ancelotta
Barbera
Cabernet Sauvignon
Cannaiolo Nero
Croatina (Bonarda)
Greco di Tufo
Lagrein
Lambrusco Grasparossa
Malvasia Nera
Merlot
Montepulciano
Nebbiolo
Negro Amaro
Nero D'Avola
Pinot Grigio
Pinot Nero
Primitivo
Rebo
Sagrantino
Sangiovese
Syrah
Teroldego
Uva di Troia

Fontes: UFSC / Epagri

Apoio italiano para melhorar e diversificar a produção

O governo do Estado, a Epagri e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) firmaram no final do ano passado protocolos de cooperação com a Província Autônoma de Trento, a Associazione Trentini del Mondo e o Istituto Agrario San Michele all'Adige.

As instituições italianas estão dispostas a desembolsar R\$ 3 milhões, até 2009, para aprimorar a produção das pequenas vinícolas catarinenses. Em Santa Catarina, encontra-se a maior concentração de descendentes de imigrantes trentinos no Brasil.

Os objetivos do projeto Tecnologias para o Desenvolvimento da Vitivinicultura Catarinense são promover a transferência de tecnologia para os produtores do estado, melhorar a qualidade dos pomares e ampliar o acesso a mercados para os vinhos catarinenses.

Apesar de o convênio ainda não ter sido efetivado, já estão sendo testadas 36 variedades vitiviníferas, a maioria típicas da Itália, em quatro áreas de

São Joaquim, Tangará, Campos Novos e Água Doce (veja quadro). A primeira colheita para microvinificação está prevista para 2009.

O trabalho de implantação e monitoramento dos cultivos é dividido entre pesquisadores da UFSC e da Epagri reunidos no Núcleo de Estudos da Uva e do Vinho (Neuvin). Os especialistas estão organizados em quatro áreas, que investigam as características do clima e do solo, as qualidades químicas do vinho e o desenvolvimento das variedades, explica o professor Aparecido Lima da Silva, do Centro de Ciências Agrárias da UFSC, doutor em Ciências Biológicas pela Universidade de Bordeaux.

Por meio de estações meteorológicas espalhadas no planalto, pesquisadores monitoram temperatura, umidade, pluviometria e radiação global e sintética incidentes nos plantios do “corredor da uva”, a grande área entre Urussanga, no Sul, a Caçador, no Norte.





O enólogo Jean Pierre Rosier e o cromatógrafo gasoso, aparelho capaz de identificar 30 mil substâncias no vinho

Para inventar o novo, produtores e pesquisadores reivindicam investimentos

Sobra inteligência nas unidades de pesquisa vinculadas à vitivinicultura, mas faltam equipamentos e pessoal. Combinadas, ações públicas e privadas aprimoram a qualidade

Certos de que uma gota do futuro de Santa Catarina brilha em variados tons de bordô, rosa e amarelo, produtores, pesquisadores e lideranças políticas catarinenses têm projetos para consolidar a vitivinicultura no estado. O objetivo é melhorar a qualidade em todas as etapas da produção, capacitar trabalhadores, desenvolver tecnologia, reduzir os preços e ampliar as vendas.

Os produtores têm idéias para expandir a comercialização de derivados de uva. Uma delas é incorporar o consumo de suco de uva à merenda escolar. Outra é negociar com restaurantes para reduzir o preço final dos vinhos e estimular o consumo de rótulos de origem do estado, sobretudo nas regiões produtoras.

Os industriais gostariam de ter o vinho, no Brasil, classificado como complemento alimentar, e não como bebida alcoólica – a exemplo de outros países, como Argentina e França. A medida permitiria enquadrar pequenos produtores na categoria de micro-empresas, com ganhos tributários e fiscais. As indústrias e os revendedores de Santa Catarina reivindicam a redução da carga tributária, especialmente do ICMS. Argumentam que a tributação do vinho é maior do que a da aguardente. Tais decisões ajudariam a controlar o custo dos produtos.

Os melhores vinhos catarinenses têm preço elevado, entre R\$ 50 e R\$ 200. Há vinícolas que definem o preço em função do posicionamento do produto entre consumidores de renda eleva-

da – caso da Villa Francioni. Mas os custos de instalação dos vinhedos são elevados, as vinícolas exigem investimento pesado, os insumos e a matéria-prima são caros.

O poder público pode apoiar a atividade em duas grandes frentes. A primeira é a melhoria das condições de infra-estrutura, resolvendo problemas crônicos, como a qualidade das estradas que ligam o Planalto Serrano ao litoral e ao Rio Grande do Sul. Outra linha de ação são os incentivos públicos aos pequenos produtores. Mais informações sobre mercado são fundamentais para a comercialização. “Sabemos cultivar. Para produzir o vinho, temos bons enólogos e tecnologia. O gargalo é cultural e está no consumidor, que rejeita o produto nacional sem conhecê-lo”, afirma o presidente do Sindivinho, Celso Panceri.

A criação do Instituto Catarinense de Tecnologia da Vitivinicultura (ICTV), em 18 de junho, é uma contribuição para superar alguns desses desafios. O Instituto, com sede em São Joaquim, reúne mais de 130 produtores do Planalto Serrano até o Meio-Oeste, interessados em compartilhar tecnologias e programas de capacitação para aprimorar a qualidade. Para a agroindústria, incrementar a pesquisa, hoje predominantemente pública, é fundamental. “É preciso ampliar o corpo de pesquisadores e técnicos para assistência em pequenas propriedades e assegurar maior abertura do trabalho de laboratório e pesquisa para os produtores”, aponta Maurício Grando, da Villagio Grando.

Nos institutos, os especialistas

enfrentam dificuldades estruturais, e também reivindicam investimento. “Temos uma parceria muito boa com o setor produtivo. E temos grande liberdade para trabalhar e inventar”, reconhece Jean Pierre Rosier, da Epagri. “Mas faltam veículos e é preciso modernizar os laboratórios.”

A necessidade de investimentos contínuos nos programas de pesquisa é destacada também pelo professor da UFSC Aparecido Lima da Silva. Para ele, o ICTV poderá assumir responsabilidades específicas na cadeia produtiva, sem sobrepor-se aos estudos da Epagri e da Universidade Federal.

“Em qualquer parte do mundo a vitivinicultura motiva essa proximidade entre produtores e pesquisadores”, observa o professor Aparecido. “Mas trabalhamos com recursos escassos. É fundamental que também as empresas invistam em pesquisa de ponta. Para nós, é importante estudar, mas são elas que desenvolvem o comércio, conquistam mercado, geram riqueza.”



Patricia Posanski, técnica de laboratório da Estação Experimental da Epagri em Videira



Vindima de Malbec, na Villa Francioni, com 1,4 mil pés em meio hectare